

09 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Amapar defende aprovação de PEC

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Swain Ganem, e o desembargador Jorge de Oliveira Vargas, manifestaram ontem apoio à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que muda as regras para a eleição da cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná. A PEC, proposta pela Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, prevê que todos os 120 desembargadores possam concorrer aos cargos de direção da Côrte. Atualmente, apenas os 25 magistrados que integram o chamado Órgão Especial podem entrar na disputa.

Segundo Ganem, há a necessidade de democratização do Poder Judiciário, com abertura à possibilidade de todos os desembargadores votarem e participarem da cúpula dirigente do Judiciário. "Trazer o assunto para a PEC em discussão é salientar a necessidade de sua aprovação, que se coaduna com o princípio democrático", declarou.

Ganem e Vargas, que é professor de Direito Constitucional, enfatizaram que a Constituição Federal define a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito que deve vigorar em sua plenitude, irradiando em

todos os poderes. "É a Proposta de Emenda Constitucional está de acordo com esse princípio, pois vem alavancar uma discussão histórica, e tudo o que favorece a democracia redundará em benefício para o povo", defendeu o presidente da Amapar.

A PEC, proposta pela Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, prevê que todos os 120 desembargadores possam concorrer aos cargos de direção da Côrte

De acordo com Vargas, existem questionamentos em torno da norma da Constituição paranaense vigente que estabelece restrições a quem queira se candidatar a dirigente do Judiciário. Na avaliação do desembargador, houve uma invasão de competência. "O que estamos pleiteando é que a Assembleia Legislativa reconheça que esse artigo invadiu uma competência de outro órgão", assinalou. Ele sugeriu a revogação do inciso primeiro do artigo 99 da

Constituição Estadual, que permite apenas aos integrantes do Órgão Especial concorrerem aos cargos da cúpula do Tribunal. Propôs que a PEC em debate traga em seu texto um artigo excluindo a seguinte expressão grafada na legislação em vigor: "entre os integrantes do Órgão Especial".

Ganem também acompanhou o entendimento de Vargas. "O próprio Órgão Especial não é composto apenas por desembargadores mais antigos, pois uma parte é formada por magistrados eleitos. Na época da promulgação da Constituição Estadual (de 1989), apenas os mais antigos compunham o Órgão Especial", explicou o dirigente da Amapar.

Os dois magistrados afirmaram concordar com os juristas que ouvidos anteriormente pelos deputados, que disseram que o Parlamento estadual não teria competência para legislar sobre o tema. Por isso, deve ser alterada a norma constitucional vigente. "Trata-se de matéria eminentemente institucional, de matéria própria da magistratura", reiterou Vargas. Conforme Fernando Swain Ganem, a regra inserta na PEC possibilita que todos os membros do Tribunal possam ser eleitos à cúpula diretiva.

09 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

TJ CONDENA O HOSPITAL CAJURU A PAGAR R\$ 150 MIL EM INDENIZAÇÃO

INDENIZAÇÃO

Justiça condena Cajuru em R\$ 150 mil

A 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná reformou, em parte (apenas no que diz respeito aos juros moratórios), a sentença do Juízo da 4ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba que condenou o Hospital Universitário Cajuru a pagar aos familiares de uma paciente que morreu de meningite pneumocócica a quantia de R\$ 150 mil, mais R\$ 1.572,08, a título de indenização por danos materiais emergentes, bem como a devolver a importância de R\$ 2 mil pagos pelos autores em razão do atendimento hospitalar.

A sentença, mantida pelos julgadores de 2º grau, também fixou uma pensão mensal em favor da mãe da paciente fale-

cida correspondente a 2/3 da quantia de R\$ 678,62, incluindo 13º salário, que deverá ser paga pelo hospital até a data em que a vítima completaria 65 anos de idade.

Os autores da ação relataram na petição inicial que a paciente (S.M.R.), por estar sentindo fortes dores na cabeça, na nuca e nos ouvidos, bem como náuseas (com vômito), foi levada, no dia 12 de julho de 2000, por volta das 11 horas, ao hospital, onde veio a falecer na noite da mesma data. A ação apontava a negligência no atendimento.

Até o final da tarde de ontem a direção do hospital não havia sido informada sobre a condenação, por isso não se pronunciaria.

09 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

REGIONAL PORTÃO

Hoje tem Defensoria Pública de graça

A Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Pública do Estado promovem hoje, mais uma edição do programa de atendimento jurídico gratuito à população de baixa renda. Será na Rua da Cidadania da Regional Portão/Fazendinha, das 9 às 17 horas. Será a quarta ação conjunta da parceria.

O atendimento será feito até junho, em todas as Regionais da cidade. Na última ação, na Regional Cajuru, 140 pessoas foram atendidas com serviços jurídicos gratuitos nas áreas cível, criminal e de família. O próximo atendimento será no dia 16 de maio na Rua da Cidadania Boqueirão.

O Conselho Municipal da Condição Feminina e a Fundação de Ação Social (FAS) também são parceiros na ação. O conselho já promove atividades e eventos que levam esclarecimento sobre questões jurídicas às mulheres curitibanas.

Na próxima semana a ação acontece na Rua da Cidadania Boqueirão. No dia 23 de maio estará na Regional CIC e no dia 30 de maio na Rua da Cidadania Bairro Novo. Em junho, os serviços serão levados para a Rua da Cidadania Pinheirinho no dia 13 e para a Rua da Cidadania Matriz - Praça Rui Barbosa, no dia 20.

09 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

No fim do prazo, filas voltam ao TRE

Na véspera do fim do prazo para alistamento eleitoral, a Central de Atendimento do Tribunal Regional Eleitoral de Curitiba voltou ontem a ser palco de longas filas. O movimento intenso levou os eleitores a terem que esperar até 40 minutos por atendimento, no período da tarde. Pela manhã, a fila já chegava até à avenida Marechal Floriano.

O TRE orienta que o eleitor que ainda vai buscar um dos serviços tem que apresentar a

identidade, o comprovante de residência e o título eleitoral, se houver. Quem não fizer o recadastramento pode ter o título cancelado, não vai poder nas eleições de 2012, e também ficará impossibilitado de retirar certidão de quitação eleitoral. Mais de 187 mil eleitores ainda não fizeram o recadastramento biométrico.

O prazo nacional para a regularização com a Justiça Federal termina hoje. O atendimento no Fórum Eleitoral de

Curitiba será das 9h às 18h.

Na segunda-feira, o movimento já havia sido alto, com mais de 1.400 pessoas atendidas. Ontem, cerca de duas mil pessoas passaram pela central. Mais de 200 mil títulos foram cancelados na Capital, por conta de eleitores que não se recadastraram para o voto biométrico, com identificação através de impressão digital. Até hoje, a previsão do TRE é de que cerca de 25 mil eleitores regularizem sua situação.

RIO DE JANEIRO

Promotora denuncia cinco por acidente de bonde

Cinco funcionários da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), empresa responsável pela circulação dos bondes de Santa Teresa, na zona sul do Rio de Janeiro, foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público como responsáveis pelo acidente com um bonde ocorrido em 27 de agosto de 2011, que matou seis pessoas e deixou 48 feridos.

O motomeiro Gilmar Silverio de Castro; o coordenador de manutenção e operação dos bondes, engenheiro mecânico José Valladão Duarte; o chefe de manutenção da garagem dos bondes, engenheiro Cláudio Luiz Lopes do Nascimento; e os assistentes de manutenção, os mecânicos Zenivaldo Rosa Correa e João Carlos Lopes da Silva são acusados de homicídio e

lesão corporal culposa (sem intenção), por negligência. Os denunciados podem ser condenados a até dois anos de prisão.

Segundo a denúncia, ajuizada pela promotora Janaína Corrêa, o bonde nº 10 entrou em operação por volta das 12 horas do dia do acidente, sendo entregue ao motomeiro Nelson da Silva, um dos mortos no acidente, que o conduziu em diversas viagens durante a tarde. Às 15 horas ocorreu uma batida entre o bonde e um ônibus na rua Joaquim Murinho. Nelson prosseguiu com o bonde até a estação Carioca, para o desembarque dos passageiros, retornando ao local da batida para a confecção do boletim de ocorrência. Enquanto isso, o primeiro denunciado, o maquinista Gilmar de Castro, assumiu o veículo e deveria conduzi-lo à garagem dos bondes

Cajuru é condenado a indenizar

O Hospital Universitário Cajuru foi condenado pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná a pagar indenização à mãe e à irmã de uma paciente que morreu de meningite pneumocócica em julho de 2000.

Serão R\$ 150 mil por danos materiais, R\$ 1.572,08 por materiais, devolução de R\$ 2 mil pagos pelo atendimento e pensão mensal à mãe da paciente, no valor de R\$ 452, mais 13º salário, até a data em que a vítima completaria 65 anos.

O TJ-PR afirma que "a equipe médica foi negligente ao não ter atentado para os sintomas da paciente, nem realizado o procedimento básico para detectar a meningite".

A paciente deu entrada com sintomas graves, mas, somente após sete horas, foi realizado exame. Além disso, mesmo depois de tomadas as providências para que a paciente fosse transferida para um apartamento, ela continuou na maca.

O hospital disse que "ainda não foi notificado oficialmente e não vai se pronunciar".

Aérea terá que pagar por furto de bagagem

O TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) condenou a Gol Linhas Aéreas a pagar pagar R\$ 6 mil por danos materiais, e mais R\$ 15 mil por danos morais, para um passageiro que teve a a bagagem de mão furta dentro do avião.

O TJ teve entendimento oposto ao da corte inferior, que havia julgado que a responsabilidade de vigiar era apenas do passageiro. Já o TJ avaliou que, como o cliente foi instruído a colocar a bagagem em cima de uma poltrona longe dele, a empresa seria responsável.

R\$21 mil reais foi a indenização determinada pela Justiça.

Menina de 10 anos está desaparecida

Está desaparecida, desde sexta-feira, a menina Stefani Vitoria Rochinski, de 10 anos. Ela mora em Porto Amazonas, nos Campos Gerais, e ia diariamente sozinha para a escola. Segundo o depoimento do motorista do ônibus escolar, na sexta-feira ela não apareceu. Seus pais só notaram o sumiço ao meio-dia.

Ontem, o helicóptero da Secretaria de Segurança Pública foi mobilizado e fez voos na região. O Sicride

Defensoria tem ação gratuita

A Defensoria Pública do Estado e a prefeitura oferecem atendimento gratuito hoje, na Rua da Cidadania da Regional Portão/Fazendinha, das 9h às 17h.

A orientação será nas áreas cível, criminal e de família. O Conselho Municipal da Condição Feminina e a Fundação de Ação Social.



► Stefani

(Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas) comanda as investigações. Quem tiver informações pode ligar para o (41) 3224-6822. ● METRO CURITIBA

METRO 09 MAI 2012

Eleitor enfrenta filas no TRE

● Hoje é o último dia para fazer o título a tempo de votar na eleição municipal deste ano ● Ontem, fila chegou a demorar três horas

O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) tem atendido próximo de 3 mil eleitores por dia nestes dias que antecedem ao fim do prazo para fazer o título eleitoral a tempo de votar nas eleições deste ano. Ontem, havia uma espera de mais uma hora para pegar senha e outro tanto para o atendimento. As filas chegaram fora da área do prédio que abriga a sede do tribunal, no Parolin.

Hoje é o último dia do prazo. A Central do Eleitor vai atender de 9h às 18 horas, sem qualquer possibilidade de prorrogação, segundo a assessoria do TRE. A lei determina que o tribunal encerre 150 dias antes do pleito o cadastro de eleitores.

Nestes últimos dias, a central atendeu principalmente pedidos de transferência e emissão de novos títulos eleitorais. Como Curitiba vai usar o sistema biométrico para a identificação dos eleitores este ano, o eleitorado da cidade passou por um recadastramento que começou em março do ano passado e terminou em janeiro deste ano. Quem deixou de se recadastrar também está sendo atendido agora.

Na segunda-feira, a Central atendeu 2.944 eleitores. Ontem, até a metade da tarde há haviam sido atendidos 2,4 mil, segundo a assessoria do TRE. A expectativa para hoje é de um número semelhante. Curitiba tem um universo de mais de 1,2 milhão de eleitores, segundo dados do tribunal.

09 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Advogados fazem ato por presidente do TRE

Grupo se contrapõe a desembargadores do TJ, que defenderam a saída de Alceu Navarro, e lança texto para apoiá-lo

Em nota pública, 23 advogados que atuam em causas eleitorais declararam ontem confiança irrestrita e defenderam enfaticamente a permanência do desembargador Alceu Penteadó Navarro na presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo. Eles repudiam a ideia de renúncia de Navarro, sugerida por desembargadores do Tribunal de Justiça.

Sob investigação no escândalo dos contracheques milionários no TJ - recebeu R\$ 640 mil entre 2008 e 2010 para cobrir despesas de saúde em família -, Navarro ficou comovido com o gesto dos advogados, que representam quase todas as agremiações políticas. Ontem, no plenário do TRE, eles fizeram um ato em solidariedade ao presidente.

"Acho que terei traquejo suficiente para presidir o tribunal sem nenhum problema", declarou Navarro. "Por mais que me aborreçam certas notícias isso não me tira do sério. Eu sou paciente, todos esses problemas serão contornados e a verdade deverá vir à tona."

O presidente do TRE destacou que existe um volumoso processo, com muitas provas que devem ser examinadas com rigor técnico. "Eu confio que essa decisão será justa e me sinto com força suficiente para presidir essa corte na eleição sem nenhum receio de que a existência desse processo e esse bombardeiro que estou sofrendo pelos meios de comunicação abalarão a minha vontade de presidir a corte com dignidade."

O abaixo-assinado por Navarro, encabeçado pelo decano da advocacia na corte eleitoral, Antonio Tito Costa, diz que a classe "manifestou seu desejo de que o ilustre magistrado cumpra o mandato até o seu último dia". O desembargador assumiu o cargo em dezembro de 2011 - antes, foi corregedor regional eleitoral.

Cruzamento. Um grupo de desembargadores do TJ decidiu fazer cruzamento dos pedidos de liberação de recursos feitos por juízes desde 2006 no Fundo de Emergência da Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) com as solicitações à Comissão de Orçamento da corte. Eles querem identificar quem se socorreu das duas fontes, o Fundo e o TJ, simultaneamente. Essa prática, avaliam, pode desmontar justificativas para obtenção dos créditos.

Segundo os desembargadores, o TJ deferiu naquele período pedidos de natureza não emergencial envolvendo tratamento continuado, inclusive para fisioterapia com uso de Plates, aquisição de equipamentos e colocação de implantes dentários.

"É preciso deixar bem claro que os recursos do Fundo não têm nada a ver com dinheiro do tribunal, são coisa nossa, particular", assevera o juiz Fernando Bartoletti, presidente em exercício da Apamagis. "Um é dinheiro público, outro é privado. O Fundo vive da contribuição espontânea dos juízes, R\$ 20 por mês. É uma conta da Apamagis administrada por juízes associados."

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ cria fórum para a liberdade de imprensa

09 MAI 2012

As decisões judiciais contrárias à liberdade de imprensa levaram o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a criar um Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa. A proposta, feita pelo presidente do Conselho, Carlos Ayres Britto, foi aprovada ontem por unanimidade pelos integrantes do CNJ.

Ayres Britto afirmou que o fórum deverá acompanhar o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou ser incompatível com a Constituição a Lei de Imprensa aprovada ainda no governo militar e que, de acordo com o STF, criava embaraços para o livre exercício da liberdade de imprensa.

O fórum, entretanto, não terá competência para rever ou censurar decisões judiciais contrárias à liberdade de imprensa.

"Não podemos intervir em decisão do poder Judiciário", afirmou Ayres Britto. "O que vamos fazer é um fórum permanente. Esse é um processo cultural que demanda certo tempo", acrescentou o ministro.

Seminário. A proposta foi adiantada por Britto no Seminário Internacional de Liberdade de Expressão, na semana passada, em São Paulo. Nos dois dias do seminário, promovido pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS), especialistas avaliaram que juízes de primeiro e segundo graus condenam jornalistas e meios de comunicação, o que restringe a liberdade de expressão e de imprensa.

"Onde for possível a censura prévia se esgueirar, se manifestar, mesmo que procedente do Poder Judiciário, não há plenitude de liberdade de imprensa", afirmou Ayres Britto no seminário. "A liberdade de imprensa ocupa, na Constituição, este pedestal de irmã siamesa da democracia", acrescentou.

09 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O governador e o bicheiro

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, fez o que devia ao atender ao pedido do governador tucano de Goiás, Marconi Perillo, para que abrisse uma investigação sobre as suas relações com o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Pela simples razão de que, ao aumentarem os indícios de proximidade entre o político e o bicheiro, aumentou também, aparentemente, o distanciamento entre o primeiro e a verdade dos fatos.

No começo de abril, numa longa entrevista ao *Estado*, Perillo admitiu ter tido "algum tipo de relação ou de encontro com o Carlos Ramos, como empresário". Não com o empresário de jogos ilícitos e traficâncias por atacado, mas com o dono de uma fábrica de medicamentos. Nessa condição, o governador o recebeu em palácio. Ele não alegou ignorância das outras atividades do empreendedor, mas disse ter acreditado quando dele ouviu, ao se encontrarem por acaso numa festa, que tinha se regenerado.

Passadas duas semanas daquela entrevista, Perillo se viu obrigado a fazer algo que pode lembrar a proverbial entrega dos anéis para salvar os dedos. Perguntado sobre a influência do bicheiro na sua administração, reconheceu que ela existiu "em relação a algumas áreas do trabalho do Estado, mas de forma isolada, muito pequena", apressando-se a ressaltar: "No governo, não. (Cachoeira) nunca ousou fazer qualquer solicita-

ção em relação à atividade dele".

Se ousou ou não ousou, a CPI mista do Congresso terá condições de esclarecer, ao ir além das descobertas da Polícia Federal, no curso das operações Vegas e Monte Carlo. Mas, na esteira dos vazamentos de gravações policiais autorizadas, três membros do governo goiano, nelas citados, perderam os seus empregos: a chefe do gabinete de Perillo, o procurador-geral do Estado e o presidente do Detran.

O caso deste último, Edvaldo Cardoso, torna mais curiosa e mais curiosa, como diria Alice, a do país das Maravilhas, a versão

Nos telefonemas já está mais do que evidente a intimidade entre Perillo e Carlos Cachoeira

de que era apenas periférico e esporádico o envolvimento de Cachoeira com os negócios públicos de Goiás. Numa gravação de 2 de março do ano passado, logo no início, portanto, do mandato de Perillo, o contraventor cobra do chefe do Detran a parte do leão que lhe tocaria por ter apoiado o tucano.

Tratando da distribuição da verba publicitária da autarquia, da ordem de R\$ 1,6 milhão, Cachoeira critica a destinação de mais recursos para um jornal que "foi contra o Marconi" do que ao que ele próprio parece controlar por meio de um laranja. E lança um argumento irresponsável: "Quem lutou e pôs o Marconi lá fomos nós". Difícil crer que o governador ignorasse a luta do bicheiro

para o seu triunfo. Aliás, o grampo que derrubou Cardoso era de uma conversa sobre um possível encontro do governador com Cachoeira.

Outras gravações, como a de 1.º de agosto, em que ele fala com o então diretor da empreiteira Delta, Cláudio Abreu, preso há duas semanas, autorizam inequivocamente a suspeita de que a organização do bicheiro pagava pedágio ao Estado - o nome do governador é citado - para empregar apadrinhados e vencer licitações. Na conversa de agosto, Cachoeira conta a Abreu que "emprestou" R\$ 600 mil ao titular do setor de transportes e obras, Jayme Rincón, tesoureiro da campanha de Perillo em 2010. Ao que o interlocutor invoca a necessidade de "tirar proveito da situação".

Dois meses antes, o contador de Cachoeira, Geovani Pereira da Silva, informara o chefe do envio de uma caixa de computador "com aquele negócio" ao palácio do governo. Segundo um jornalista que trabalhou para o bicheiro, a caixa continha R\$ 500 mil. O pior de tudo é a intimidade do governador com Cachoeira que transparece nas conversas.

Em geral, os dois se falavam por interpostas pessoas - uma delas, o senador Demóstenes Torres. Cachoeira, por sinal, se gaba de ter reaproximado os dois políticos rivais no Estado. Em 3 de maio, dia de seu aniversário, ele recebeu um telefonema de uma pessoa que o chama de "liderança". Depois de responder "Fala amigo, tudo bem?", ouve: "Rapaz, faz festa e não chama os amigos?". O amigo chama-se Marconi Perillo.

O ESTADO DE S. PAULO

Instituições públicas lideram exame da OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem a lista das instituições com maior porcentual de alunos de Direito aprovados no 6.º Exame de Ordem Unificado. Das 20 instituições que mais aprovaram, 19 delas são públicas. A única particular da lista é a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), que ficou na décima colocação.

O melhor rendimento foi o da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Estado de Minas Gerais. Dos 102 alunos que fizeram a prova por essa instituição, 88 foram aprovados, o que corresponde a 86,27%. Logo atrás da instituição mineira figuram a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Fundação Universidade Federal de Viçosa (UFV), com 84,48% e 80% de aprovação, respectivamente.

Entre as 20, há 3 universidades paulistas, sendo que a mais bem classificada delas – a Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão – está na oitava posição, com 77,27% de aprovação. O campus de São Paulo da USP é o 12.º da lista (73,02%) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) é a 16.ª (70,41%).

Os percentuais são bem altos se comparados ao resultado geral desse 6.º Exame de Ordem: do total de 101.936 inscritos, foram aprovados apenas 25.912 candidatos, um índice de aprovação de 25,4%.

09 MAI 2012

Exame. Todo bacharel de Direito precisa ser aprovado no Exame de Ordem para poder exercer a profissão de advogado.

A prova é dividida em duas fases. A primeira fase é composta de 80 questões de múltipla escolha. Quem acertar o mínimo de 40 questões passa para a segunda fase. Na segunda fase, o candidato precisa redigir uma peça processual e responder a quatro questões que compreendem as seguintes áreas de opção do bacharel, indicada no momento da inscrição: Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Constitucional, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito Penal ou Direito Tributário.

Ainda neste ano, acontecerão outras três edições da prova. A inscrição custa R\$ 200 e o candidato que não é aprovado pode fazer o exame seguinte.

SÔNIA RACY

● Carlos Ayres Britto é presença confirmada no lançamento do *Anuário da Justiça Brasil 2012*. Hoje, na sede do STF, em Brasília.

09 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

PMs pedem R\$ 24 mil de Rita Lee por dano moral

Cantora xingou policiais que faziam segurança de seu último show, realizado em janeiro deste ano em Sergipe

Pelo menos 16 policiais militares entraram com ações por danos morais contra a cantora Rita Lee. Eles alegam ter sido ofendidos pela roqueira, em 29 de janeiro deste ano, quando ela fazia seu show de despedida na Praia Atalaia Nova, em Barra dos Coqueiros, Região Metropolitana de Aracaju. No fim do show, ela foi presa por desacato a autoridade. Naquela noite, os policiais faziam a segurança do evento.

O advogado Plínio Karlo, que representa sete militares, garantiu que o fato de a cantora ter revelado ao *Fantástico*, da TV Globo, que sofre de transtorno bipolar não vai prejudicar o andamento da ação. Ele pede indenização de R\$ 24.880 para cada militar agredido verbalmente pela artista.

"Como ela vai alegar que estava doente naquele momento em que agrediu os militares?", questionou o advogado Karlo, ao assegurar que a ação seguirá normalmente na Justiça. Karlo explicou que preferiu ingressar com ações individuais porque, nesses casos, a Justiça é mais célere para julgar os processos. Já foram agendadas diversas audiências para este mês, e os processos tramitam nas 1.^a, 3.^a, 5.^a e 8.^a Varas Cíveis de Aracaju.

Acordo. Na semana passada, a Justiça propôs a Rita Lee que doasse o cachê, de R\$ 115 mil, para o Fundo Municipal para Criança e Adolescente da Barra dos Coqueiros e prestasse serviços à comunidade por três meses, para não dar prosseguimento à ação.

Ontem, o promotor de Justiça Ricardo Machado Oliveira informou, por meio da Assessoria de Imprensa do Ministério Público Estadual, que não se pronunciaria sobre o assunto.

A confusão. Rita Lee foi presa durante o evento Verão Sergipe, após ofender policiais militares. Ela os mandou fumar um "baseado" e que se retirassem do show. A situação piorou quando a artista partiu para agressões verbais, chamando os agentes de segurança de "f.d.p.", "cachorros" e outros palavrões.

Ao fim da apresentação, a cantora foi presa e encaminhada para a Delegacia Plantonista em Aracaju para prestar esclarecimentos. Ela postou no Twitter: "Tô indo p/a delegacia...a polícia de Aracaju não gosta de mim, mas Sergipe gosta, estou dentro do carro", "Último show e ela vai presa? Não poderia ser mais la cantora, afff".

Rita Lee, após prestar depoimento, foi liberada. Ela foi enquadrada pelo ato de desacato a autoridade. Em seguida, a cantora foi para o hotel.

Avianca terá de pagar R\$ 10 mil a passageira

A Avianca foi condenada a pagar indenização de R\$ 10 mil para a moradora de Tangará da Serra (MT), L.Z.H., de 50 anos, por não deixá-la embarcar com as baterias de sua cadeira de rodas - mesmo o material estando embalado, como orienta a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A empresa aérea ainda terá de pagar R\$ 380 por danos materiais.

Ex-diretor da Interpol é preso por crime de 1986

O ex-superintendente da PF no Rio e ex-diretor da Interpol no Brasil Edson Antônio de Oliveira foi preso antontem no Rio por um crime cometido há 26 anos. Ele estava foragido desde novembro, após a

Justiça emitir mandado de prisão por falsidade ideológica e uso de cargo público para obter vantagens. Em 1986, Oliveira achacou dois ex-comissários da Varig que ele descobriu terem dinheiro no exterior.

FOLHA DE LONDRINA

LIXO RECICLÁVEL

TJ determina que CMTU **09 MAI 2012**
rompa acordo com Ecosystem

TJ manda CMTU romper contrato com Ecosystem

A Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) deve romper o contrato com a empresa Ecosystem Serviços Urbanos, responsável desde março pelo recolhimento do lixo reciclável em 55 mil domicílios de Londrina. A decisão, de 25 de abril, é da juíza substituta de 2º grau Astrid Maranhão de Carvalho Ruthes, da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, ao julgar recurso da ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE). O presidente da CMTU, André Nadal, disse que irá cumprir a decisão assim que a companhia for intimada. A multa arbitrada pela Justiça em caso de descumprimento é de R\$ 10 mil por dia.

A ONG sustenta que a empresa não estava apta a ser contratada pelo poder público porque na data da realização da licitação apresentava dívidas trabalhistas, o que é proibido pela Lei de Licitações. O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Gonçalves, concedeu liminar impedindo a contratação da Ecosystem. A CMTU apresentou um pedido de revogação, que foi acatado por Gonçalves em 16 de março, com o argumento de que a empresa apresentou certidão

**Empresa recolhe lixo
reciclável em 55 mil**

**domicílios; despacho atende
a pedido da ONG MAE**

negativa de débitos do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas com data de 3 de fevereiro e validade de seis meses. Em 19 de março, o desembargador Abraham Lincoln Calixto também decidiu da mesma forma, apreciando recurso da Ecosystem.

"Mas demonstramos ao Tribunal que na data efetiva da licitação, em 27 de fevereiro, a empresa tinha débitos trabalhistas e, portanto, estava impedida de ser contratada", resumiu o advogado da ONG MAE, Camillo Vianna.

Segundo Nadal, a CMTU vai recorrer, mas, enquanto permanecer o impedimento de contratar a Ecosystem, irá consultar a cooperativa de recicladores Coocepeve - que separa o material recolhido pela Ecosystem - sobre o interesse em assumir também o transbordo. "Anteriormente a

cooperativa não demonstrou interesse em fazer o recolhimento, mas vamos fazer a consulta novamente", disse. A presidente da cooperativa, Sandra Araújo, não foi localizada ontem.

Se a Coocepeve não aceitar, a CMTU poderá chamar a segunda colocada na licitação ou realizar novo processo de contratação. "Depende do que a Justiça decidiu. Se apenas o contrato foi suspenso, será a primeira opção. Caso contrário, faremos nova licitação", explicou, sem descartar uma contratação emergencial. "A população não pode ficar sem o serviço do recolhimento do lixo, o que também causaria transtornos aos trabalhadores da Coocepeve."

Camillo Vianna entende que a decisão judicial não pode ser utilizada como justificativa pela CMTU para suspender o serviço. "O município terá de encontrar uma solução para manter a coleta dos recicláveis." Nenhum representante da empresa Ecosystem foi localizado pela reportagem para falar sobre a decisão judicial.

09 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Suspeição

A desembargadora Lidia Maejima declarou-se ontem suspeita por foro íntimo para julgar habeas corpus impetrados em favor de Marco Cito (ex-secretário de Governo), Rogério Ortega (chefe de Gabinete), Alysson Tobias (diretor da Sercomtel) e do vereador afastado Eloir Valença (PHS). Eles são suspeitos de envolvimento em um esquema de compra de votos de vereadores para favorecer o prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT). À exceção de Eloir, os outros quatro ainda estão presos. Maejima já havia se considerado impedida de julgar o empresário Ludovico Bonato também preso no mesmo caso. Os habeas corpus serão redistribuídos para outro desembargador.

Ninguém mais

Acabou ontem o prazo para inscrições ao cargo vitalício de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Estado. E não houve surpresas. A disputa ficará apenas entre o secretário-chefe da Casa Civil, Durval Amaral, e um dos consultores do próprio TC, Cláudio Augusto Canha, que já concorreu na última votação aberta, no ano passado. A indicação ao cargo é dos 54 deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Paraná. A data das oitavas dos dois postulantes ao cargo ainda será definida.

CLÁUDIO HUMBERTO

A fraude compensa

Numa palestra há dias em Brasília, o juiz federal Odilon de Oliveira, célebre pela condenação a traficantes internacionais, lembrou que fraudar licitação dá no máximo quatro anos de cadeia. O ladrão furtivo, que não tira dinheiro da Saúde, por exemplo, pega até 8 anos.

FOLHA DE LONDRINA

Ayres Britto vai priorizar processos contra juízes

Brasília - Na primeira sessão sob a presidência de Carlos Ayres Britto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu ontem que terão prioridade de julgamento os processos administrativos contra juízes e servidores que respondem por suposta prática de improbidade administrativa, peculato ou corrupção. A decisão representa uma clara mudança de perfil em relação à gestão do ex-presidente, ministro Cezar Peluso. Esse foi um dos temas de maior polêmica do mandato de Peluso, que acabou discutindo publicamente com a corregedora da instituição, ministra Eliana Calmon, exatamente por este assunto.

Enquanto o primeiro acreditava que tais processos deveriam ser inicialmente julgados pelas corregedorias onde os magistrados atuam, a segunda defendia que o CNJ teria a competência de investigá-los diretamente, sem a necessidade de esperar pela Corte local. O caso acabou sendo decidido pelo STF, que reconheceu o amplo poder investigatório do conselho. A partir de agora, esses processos não são apenas válidos, mas prioritários.

09 MAI 2012

Imprensa

Os conselheiros também decidiram criar um fórum para monitorar o cumprimento da liberdade de imprensa pelo Poder Judiciário. Ele será chamado "Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa" e funcionará no próprio CNJ com o objetivo de evitar sentenças judiciais que contrariem a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou a Lei de Imprensa em 2009.

A proposta foi feita pelo próprio Ayres Britto, que, como relator da ação julgada no STF, entendeu que a liberdade de imprensa é ampla e irrestrita, não podendo ser cerceada nem mesmo pelo Poder Judiciário.

A criação deste fórum visa combater a censura imposta pelo Poder Judiciário, apontada como o maior problema para a liberdade de imprensa nos dias de hoje.

09 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-diretor da Assembleia sai da cadeia depois de dois meses

O ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Abil Miguel, mais conhecido como Bibinho, foi solto por volta das 17h30 de ontem (8). Bibinho estava preso desde 6 de março no Centro de Triagem II, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. O habeas corpus foi concedido pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná na segunda-feira (7).

Bibinho foi preso porque, de acordo com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Or-

ganizado (Gaeco), do Ministério Público, ele estava atrapalhando as investigações do processo em que aparece como réu.

Ele é suspeito de comandar um esquema que desviou mais de R\$ 250 milhões da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). Segundo o Ministério público, Bibinho era a figura principal do esquema que funcionava por meio de contratação de funcionários fantasmas. As irregularidades se tornaram públicas com a série de reportagens Diários Secretos.

Atendimento jurídico gratuito no Portão é hoje

A Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Pública do Estado promovem hoje (9) mais uma edição do programa de atendimento jurídico gratuito à população de baixa renda. Será na Rua da Cidadania da Regional Portão/Pazendinha, das

9h às 17h. Será a quarta ação conjunta da prefeitura e Defensoria Pública, acontece sempre às quartas-feiras, das 9 às 17 horas, nas Ruas da Cidadania ou em espaços da administração municipal nos bairros.

Apenas um capítulo

Há ainda muito a se pôr em pratos limpos na Câmara de Curitiba, muito a se aperfeiçoar para que fatos tão lamentáveis quanto os registrados não se repitam

Deu-se na última segunda-feira mais um passo no processo de punição ao vereador João Cláudio Derosso, acusado de, à frente da presidência da Câmara Municipal de Curitiba por quase 15 anos, ter cometido atos afrontantes à probidade, à moralidade e à impessoalidade que se exige do homem público. Muito embora ações contra ele já tenham sido propostas pelo Ministério Público, ainda não julgadas pelo Judiciário, a pena que agora recebeu foi a de se ver forçado a se desligar do partido a que pertencia, o PSDB, antes que este procedesse a sua expulsão dos quadros da legenda.

Trata-se, pois, de uma punição que se esgota no campo político. Desfilado da sigla, já não tem como concorrer à reeleição, apesar de lhe ser dada a discutível oportunidade de se manter vereador até o fim do mandato.

Não se pode minimizar a importância desse fato político, muito embora seja possível imaginar que, por detrás dessa atitude, os dirigentes partidários foram movidos, mais do que por razões de cunho moral, pelo interesse de reduzir os riscos políticos que a presença ativa de Derosso durante a campanha poderia impor ao projeto eleitoral que a sigla patrocina.

Entretanto — e aqui se justifica a afirmação de que a importância dos fatos ocorridos anteriormente não deve ser minimizada —, é preciso reconhecer que a desfiliação e a consequente perda da possibilidade de reeleição não deixam de representar um efeito prático e concreto das denúncias de malversação de recursos públicos que se perpetraram ao longo da administração de Derosso na Câmara Municipal de Curitiba. Outros resultados deverão advir do trâmite que, a seu tempo, as ações judiciais poderão ainda produzir.

Sobreleva nesta análise a evidência do salutar poder que a opinião pública exerce sobre a política. Não fosse a imprensa a levantar os desmandos e a mobilizar as consciências e tudo teria permanecido ao gosto dos que, protegidos pelo silêncio e pelos instrumentos que cerceiam o acesso do público às informações, acostumaram-se a confundir as obrigações que o mandato popular lhes impõe com a tentação de usá-lo em seu próprio proveito.

Estariam, a partir do prolongado afastamento de mandato que se prenuncia para a carreira do ex-presidente, saneados todos os problemas denunciados contra a Câmara? O Legislativo Municipal se torna, a partir de agora, um oásis da moral e das boas práticas republicanas? A resposta é certamente negativa. Há ainda muito a se pôr em pratos limpos, muito a se aperfeiçoar para que fatos tão lamentáveis quanto os registrados não se repitam.

Aproxima-se uma nova eleição, oportunidade do povo exercer o direito e o dever de escolher bem os candidatos para representá-lo. Historicamente, os índices de renovação não são altos, mas nunca é demais nem inútil pregar em favor da responsabilidade do voto consciente — o caminho mais efetivo que a democracia nos oferece para melhorar nossas instituições.

Em nome da democracia

Dia desses, estavam em uma sala de aula curitibana cerca de 40 pessoas. A maior parte, muito jovem. A pergunta que foi feita a todas elas era a seguinte: quantos acreditavam que uma democracia era o melhor regime sempre? A maioria ergueu as mãos, mas nem todas. Veio a segunda parte: quantas pessoas achavam que, em alguns casos, uma ditadura poderia ser melhor do que uma democracia? Meia dúzia de mãos para cima.

Não é incomum ouvir argumentos contra a democracia. No ônibus, pode-se ouvir, vez em quando, alguém falando que democracia é sinônimo de bagunça. Normalmente, relata-se em seguida o caso de algum roubo ou homicídio que ficou impune como prova de que as coisas não funcionam. Às vezes a situação é outra: em alguma discussão sobre política, na internet, surge alguém para dizer que "no tempo dos militares não era assim".

Aparentemente, o maior risco que corre hoje a democracia brasileira não tem a ver com nenhum partido ou grupo político, não tem relação com qualquer ideologia. O risco vem de uma tremenda desconfiança dos cidadãos em relação às instituições. Muito especialmente, ninguém mais parece confiar que as pessoas sejam punidas por seus erros. Criminosos comuns ficam impunes. E os políticos que praticam irregularidades, então...

A derrocada de João Claudio Derosso pode funcionar como um antídoto para o problema. Menos de um ano atrás, o vereador era poderosíssimo. Tinha apoio de seus pares para permanecer na presidência da Câmara vez após vez. Cogitava-se que poderia ser vice-prefeito, e ele próprio contava que teria sido convidado para presidir a Comec.

Agora, a situação é bastante diferente. Derosso perdeu a presidência, foi forçado a abandonar o partido e, na prática, está ineligível. O Ministério Público o denunciou e o vereador

teve seus bens bloqueados por ordem judicial. Até programas humorísticos agora andam atrás do vereador para tentar entregar camisetas desafiadoras sobre desvios de verbas públicas.

É uma história triste, claro. Mas Derosso não tem ninguém a quem culpar. Está sendo meramente julgado por seus atos. E isso é uma boa notícia. É claro: o vereador ainda terá o direito de se defender, como precisa acontecer num Estado de Direito. Mas as provas contra Derosso eram tão fortes que sua situação ficou insustentável.

Não se trata de linchamento moral, nem de perseguição, como alguém poderia alegar. O que ocorreu foi apenas uma reação à indignação com que os eleitores parecem ter recebido a série de denúncias sobre a Câmara. A desculpa dos políticos costuma ser justamente a de que é preciso esperar primeiro que a Justiça decida. Como tudo demora anos, no meio tempo o sujeito se reelege e diz que "as urnas o absolveram". O julgamento político ajuda a colocar as coisas no seu lugar. Ajuda a mostrar que a democracia não é sinônimo de impunidade.

Caso as "barbaridades" da Câmara (como bem definiu um dos suspeitos, Algaci Tulio) ficassem impunes politicamente até que tudo transitasse em julgado, lá por 2023, seria mais um motivo para a população descrever da democracia e das instituições. A própria Câmara de Curitiba tem chance de sair mais forte de toda essa história. Mas isso depende da boa fé dos vereadores. E da inteligência dos eleitores em outubro próximo.

GAZETA DO POVO

» CONTRATOS DE PUBLICIDADE

09 MAI 2012

“Como divulgar a Câmara sem valorizar os vereadores?”

Karlou Kohlbach, James Alberti, Gabriel Tebatichnik e Katia Brambatti

ENTREVISTA

CLÁUDIA QUEIROZ,
proprietária da agência
Oficina da Notícia.



“Eu fui injustiçada, sou inocente sim. Cumprí um contrato, a Câmara foi um dos clientes da minha empresa.”

CONTINUA

Um dos personagens centrais do escândalo envolvendo a publicidade da Câmara Municipal de Curitiba decidiu romper o silêncio. Depois de quase um ano da primeira denúncia de suspeita de irregularidade nos contratos de publicidade, a empresária Cláudia Queiroz, dona da Oficina da Notícia, deu uma entrevista exclusiva à Gazeta do Povo e à RPC TV. Em entrevista gravada na sexta-feira passada, ela negou qualquer irregularidade, afirmou que não tinha nenhum relacionamento com o ex-marido João Cláudio Derosso na época em que participou da licitação da Câmara e disse ser inocente.

Acompanhada pelo advogado Marcello Lombardi, Cláudia Queiroz não fugiu de nenhuma pergunta sobre a execução do contrato com a Câmara, mas evitou falar sobre a vida pessoal.

Por que a sra. resolveu falar?

Eu esperei que todas as investigações viessem à tona para que minha empresa, ao final de todo esse processo, pudesse mostrar que ela não tinha nenhum tipo de irregularidade.

Como reagiu às ações do Ministério Público (MP)?

O Ministério Público tem de investigar mesmo onde é aplicado o dinheiro público. Mas, cinco anos depois da licitação, mesmo com as contas aprovadas no Tribunal de Contas, o MP veio questionar. Acho estranho isso.

A sra. é inocente?

Sem dúvida alguma. Eu fui injustificada, sou inocente sim. Cumprí um contrato, a Câmara foi um dos clientes da minha empresa. Eu reajo com muita indignação a tudo que foi falado e que foi feito com relação à Oficina da Notícia.

Como soube da licitação?

Eu soube pelo Diário Popular. Foi a primeira vez que eu participei de uma licitação e foi uma surpresa ter sido uma das empresas escolhidas.

Na época em que você se candidatou a essa licitação existia um relacionamento com o Derosso?

Não. Não existia e é bom deixar bem claro: eu não tinha absolutamente nada com ele no momento da licitação.

Isso surgiu depois quando você já estava com o contrato ativo?

Sim.

Quando os contratos foram renovados vocês estavam juntos?

Os aditivos se deram naturalmente, pela qualidade do serviço prestado pela empresa. Em momento algum poderia soar como irregular. Nas renovações não houve alteração de valor, só houve renovação de tempo de serviço, não houve aumento de valor e trabalho.

Na sua opinião, não houve nenhum favorecimento?

De forma alguma.

A sra. se perguntou em algum momento se era legal ou ilegal participar de uma licitação na Câmara, onde era funcionária?

Eu não sou obrigada a saber que por eu ser funcionária eu não posso participar de uma licitação. Eu sabia que depois de ganhar a licitação eu não poderia exercer um cargo na Câmara.

Em algum momento, durante a execução do contrato, a sra. percebeu alguma situação de ilegalidade na relação com a Câmara?

Não.

Nem relacionada às empresas subcontratadas?

Eu tive o comprovante de todos os serviços prestados. Eu não tinha como pensar que alguma delas ia ter qualquer irregularidade.

Como era feita a escolha das empresas que receberam da Oficina da Notícia?

A escolha era feita em duas vias. Como agência, orientamos em vários momentos quais são os melhores veículos para divulgação de determinados assuntos para atingir o público específico de interesse da Câmara Municipal.

Por que a Oficina da Notícia pagou e emitiu recibos para pessoas estranhas às empresas?

Eu não tenho bola de cristal. A pessoa que chegava para receber muitas vezes era um motoboy. Para mim o importante era chegar com a nota fiscal, com o trabalho que foi desenvolvido. O pagamento era feito pelo financeiro da minha empresa, não por mim.

Por que a sra. abriu a Editora Túnel durante a vigência do contrato de publicidade?

Não é questão de eu abrir a Túnel. Como existem vários jornais, o meu pai montou um jornal em inglês dentro de um perfil de público que tinha essa carência em Curitiba e como uma ferramenta de negócio internacional. Como a empresa é limitada eu sou sócia da empresa e do jornal dele. Mas não teve nenhum benefício. O jornal *Curitiba In English*, que recebeu recursos da Câmara, realmente publicou as informações da Câmara, por um valor compatível com o público que ele atingia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

09 MAI 2012

A sra. tinha conhecimento de que funcionários da própria Câmara ou de vereadores tinham ligação com essas empresas?

Eu não tenho como saber esse tipo de coisa. O que eu tenho de saber é que o veículo vai publicar aquilo que eu estou divulgando.

Vereadores sugeriram veículos de comunicação para fazer divulgação?

Eu não tinha contato com vereadores. Nunca na vida vereador me ligou pedindo para ajudar veículo tal ou para receber, ou para ajudar.

Nem do ex-presidente?

Nem do ex-presidente. Era critério técnico de uma agência de publicidade, não de amizade.

O jornal Câmara em Ação existia?

Não fui eu que fiz, não posso responder por ele.

A dona de uma das empresas que recebeu da Oficina, a Sirotti Vídeo, diz que nunca prestou serviço para Câmara e mesmo assim existe recibo de pagamento.

Se houve pessoas que compraram notas e fizeram alguma coisa eu não posso responder de onde eles foram buscar. O serviço foi prestado. Eu não tenho que fiscalizar nota dos outros.

Havia alguma empresa que vendia nota, como o vereador Algaci Túlio falou?

Aí é um problema dele. Eu não sei.

Algaci disse que os vereadores radialistas sabiam que havia uma verba disponível. A sra. teve conhecimento disso?

O que acontece é que vários vereadores são ou já eram comunicadores e os veículos onde eles atuam receberam algum recurso de publicidade. Não foi irregular porque eles prestaram aquele serviço.

Documentos mostram que o conteúdo veiculado era uma cópia dos textos feitos pela assessoria da Câmara. A sua agência não produzia?

O site da Câmara não deixa de ser uma referência de pesquisa para quem tem esses veículos. Mas nós produzimos material, que era publicado para os veículos que a gente atendia.

Alguns dos conteúdos veiculados caracterizam promoção pessoal do vereador. Isso era de interesse da Câmara?

Claro que é. Os vereadores apresentaram o projeto, eles desenvolveram o trabalho, fizeram serviços nos bairros. Como você vai divulgar a Câmara só como instituição, sem valorizar os vereadores? Isso faz parte.

09 MAI 2012

GAZETA DO POVO

DIÁRIOS SECRETOS

Após dois meses preso, Bibinho foi solto ontem

Um dia após ter o pedido de liberdade acatado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, através de decisão liminar, o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, deixou o Centro de Triagem II, em Piraquara, na região Metropolitana de Curitiba. Bibinho foi solto ontem por volta das 18 horas. Segundo o advogado de defesa de Bibinho, Eurolino Reis Sechnel, após ser solto, o ex-diretor da Assembleia foi para casa. De acordo com o advogado, a liberação de Bibinho demorou por causa da mudança no sistema de expedição de alvarás de soltura. Até a semana passada, a expedição de alvarás era cumprida por oficiais de Justiça, mas com a mudança, o sistema passou a ser online, através de senhas. Segundo Sechnel, quando o juiz despacha uma ordem de liberdade, ele expede para o sistema penitenciário, mas no CTII não havia ainda nenhum funcionário com senha. Bibinho estava preso desde o dia 6 de março, acusado de atrapalhar o andamento dos dois processos que responde na Justiça.

GAZETA DO POVO

09 MAI 2012

ELEIÇÃO 2012

Prazo para o eleitor regularizar título acaba hoje

Os eleitores de Curitiba que procuraram o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) ontem enfrentaram filas de cerca de duas horas. O movimento, considerado inesperado, fez com que a fila chegasse próxima da Avenida Marechal Floriano Peixoto. O prazo para o eleitor tirar o título pela primeira vez, transferir o documento ou regularizar sua situação com a Justiça Eleitoral acaba hoje. A expectativa, de acordo com a assessoria de imprensa do TRE-PR, é que o movimento seja ainda maior nesta quarta-feira.

Neste ano, todo o eleitorado curitibano teve de fazer o recadastramento biométrico. O eleitor que ainda não passou pelo processo deve ir ao TRE-PR com documento de identidade, comprovante de residência e o título eleitoral antigo. Também é preciso pagar multa.

O eleitor de Curitiba que não fizer o recadastramento não poderá votar nas eleições de outubro. Além disso, fica impedido de tirar passaporte, se matricular em instituições públicas ou prestar concurso público.

Serviço:

O TRE-PR está localizado na Rua João Parolin, 55, Prado Velho. O horário de atendimento é das 9 h às 18 h. Outras informações pelos telefones: (41) 3330-8674/3330-8673.

Justiça Federal garante salário-maternidade para todas as mães adotivas

■ Mães adotivas de crianças e adolescentes com mais de um ano têm direito, a partir deste mês, a receber salário-maternidade de 120 dias. Antes, o benefício era concedido apenas a mães biológicas ou a quem adota-se crianças menores de um ano. A decisão de primeira instância da Justiça Federal de Santa Catarina foi expedida na semana passada e vale para todo o Brasil. O Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) ainda pode recorrer. A legislação trabalhista já assegurava licença-maternidade de quatro meses às mães adotivas. No entanto, a legislação previdenciária garantia ao INSS o direito de conceder o benefício do salário durante apenas 90 dias para quem adotava crianças de um a quatro anos e durante 30 dias para as mães de filhos adotivos com idade entre quatro e oito anos. Acima dessa faixa etária não havia salário.

Promotores pedem que fungicida seja vetado no Brasil

■ O Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo entrou com uma ação civil pública pedindo o cancelamento do registro de todos os fungicidas que utilizam o princípio ativo prochloraz. Uma perícia realizada por especialistas do órgão indicou que a substância propicia o aparecimento de câncer de mama, de testículo e de próstata. O MPF pediu ainda informações sobre os efeitos do prochloraz à saúde e ao meio ambiente ao Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo o MPF, o Ibama classificou o princípio ativo como "altamente persistente no meio ambiente" e "altamente tóxico para os organismos aquáticos", enquanto a Anvisa informou que o prochloraz é um "possível carcinógeno", que não é utilizado nos Estados Unidos desde 1989.

09 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Segundo condenado por massacre de Eldorado do Carajás é preso

■ O major aposentado da PM, José Maria Pereira de Oliveira, que comandou tropas no massacre de Eldorado do Carajás, em 1996, junto com o coronel Mário Colares Pantoja, foi preso na manhã de ontem, no Pará. Ele se apresentou espontaneamente ao presídio de Santa Isabel do Pará (a 47 km de Belém), após a Justiça ter determinado a prisão dele e a do coronel Pantoja, que foi detido na segunda-feira. A defesa de Pantoja informou que dará entrada em uma petição na Justiça pedindo que o oficial cumpra pena em um batalhão da PM em vez de continuar no presídio. Inicialmente, ambos cumprirão pena em regime fechado.

Ministério Público denuncia cinco pessoas por acidente de bonde

■ Cinco funcionários da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (Central), empresa responsável pela circulação dos bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público como responsáveis pelo acidente com um bonde ocorrido em 27 de agosto de 2011, que matou seis pessoas e deixou 48 feridos. Eles são acusados de homicídio e lesão corporal culposa (sem intenção), por negligência. Os denunciados podem ser condenados a até dois anos de prisão.

COLUNA DO LEITOR

Congresso e Judiciário

Permitir a revisão das decisões do Judiciário pelo Legislativo é destruir um dos pilares da democracia, que é a separação dos poderes, além de transformar o Judiciário em figura decorativa, é um dos passos para a adoção de regime autoritário. O outro é o controle do Legislativo pelo Executivo, o que aqui já ocorre.

Antônio Basso Filho

09 MAI 2012

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Juiz contraria ECA ao internar adolescente

■ Um juiz do Tribunal de Justiça de Goiás decretou a internação por tempo indeterminado de um adolescente goiano de 17 anos, suspeito de assaltar uma pizzaria na capital. A medida contraria artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê que o período máximo de internação provisória (antes da sentença) não passe de 45 dias. O juiz plantonista Ricardo Teixeira Lemos afirmou que tomou a decisão porque considera o artigo do estatuto "inconstitucional". Segundo o juiz, o menor "sabia que as leis penais brasileiras o protegem de todas as ações criminosas" e que, por isso, ele "afronta a sociedade e vítimas indefesas". O juiz disse que tomou a decisão para "preservar a vidinha do menor" e dos "coitados que poderão ser vítimas" dele. O juiz ainda afirmou que "se tivesse uma pessoa armada ou um policial [na pizzaria], o mandaria para a Comarca do Pé Junto".

A decisão do juiz gerou reação. "Não existe crime no caso de menores, mas atos infracionais", disse Alexandre Marques, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB em Goiás.

09 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa rejeita desmembramento do processo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa negou nova tentativa do advogado Márcio Thomaz Bastos de desmembrar o processo do mensalão para deixar no tribunal apenas aqueles réus que possuem o chamado foro privilegiado.

Caso o pedido fosse bem-sucedido, 35 dos 38 réus do processo, entre eles José Dirceu, Marcos Valério, José Genoíno e Delúbio Soares, não seriam mais julgados no STF, mas na primeira instância. Os réus que continuariam a ser julgados no Supremo são: os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), João Paulo Cunha (PT-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Ainda não há data para que o processo seja julgado.

Barbosa já havia negado o pedido em dezembro do ano passado, mas Thomaz Bastos, que advoga para José Roberto Salgado, diretor do Banco Rural, entrou com agravo de instrumento pedindo que o tema fosse analisado pelo plenário do Supremo.

Alegações

Segundo o advogado, seu cliente, por não ter foro, tem o direito constitucional de ser julgado primeiro por um juiz de primeira instância, para que seja cumprido o chamado duplo grau de jurisdição — ou seja, a possibilidade de recorrer a outra instância.

O ministro negou o pedido para a análise do caso pelos demais ministros. Segundo ele, o tema já foi debatido pelo plenário do tribunal em ao menos três ocasiões e ficou decidido que todos seriam julgados conjuntamente.

"A questão relativa ao desmembramento do feito em relação aos réus que não gozam de foro por prerrogativa de função já foi, por várias vezes, apreciada nesta ação penal, sendo, em todas as ocasiões, rejeitada", diz Barbosa.

Prescrição

A ação penal do mensalão tramita no STF desde 2007. Em tese, crimes com penas menores, como formação de quadrilha, prescreveram no ano passado devido à demora no julgamento. Ainda não há data para que o caso vá a plenário: o agendamento depende da liberação do voto do relator Barbosa e do revisor Ricardo Lewandowski.

GAZETA DO POVO

PAULO CÉSAR REGIS DE SOUZA

09 MAI 2012

Crimes na internet

A internet foi criada na década de 60 e popularizada a partir da década de 70 para auxiliar, intensificar, acelerar a comunicação entre pessoas em todo o mundo, mesmo nos países onde é bloqueada para as massas. Aproximou os indivíduos, encurtou distâncias, derrubou barreiras, criou padrões e definiu novos valores de comportamento e de atitude.

A rede de computadores não é apenas um vigoroso meio de comunicação massiva. É também instrumento ou ferramenta que revolucionou a tecnologia da informação, em benefício da indústria, comércio, serviços.

Muitos países estão neste momento, como o Brasil, trabalhando na construção de uma legislação que fixe limites para as transgressões cometidas através de seu uso indevido. Aceitemos que 80% usem-na de forma correta. Mas os 20% que dela se utilizam de forma inadequada, ou criminosos, se beneficiam da ausência de controles que inibiriam suas ações, no plano cibernético.

Há quem diga que isso seria impossível. Citam os "hackers" e os responsáveis por criatórios de vírus como construtores de uma nova ordem do mal. A fraude de papel é artesanato diante da fraude eletrônica. Roubam endereços e dados dos segurados do INSS, de contribuintes da Receita Federal, dos bancos, e depois fazem empréstimos e financiamentos frios.

No entanto, o que vemos hoje são vários crimes sem uma legislação que proteja os usuários e até aqueles que dela não fazem uso estão sendo vítimas de verdadeiros criminosos cibernéticos. Roubam dados das ações judiciais e recebem dinheiros dos servidores públicos. Por que ir ao banco se o correntista pode pagar uma conta em casa ou escritório? Por que roubam nossos cartões e sugam nossas senhas através de "chupa-cabras". Se a internet permite que façamos compras nas diversas lojas de departamentos, ou supermercados, no Brasil ou no exterior, por que não fazer de casa ou do escritório? Por que recebemos diariamente spans com vírus para roubar nossos dados cadastrais, nossa senha de cartões e acessar a nossa conta?

Fazem tudo isso porque são ladrões ou criminosos profissionais. Têm o benefício da impunidade deste país e gozam do beneplácito da ausência de uma legislação que lhes imponha sanções e em consequência a cadeia. A internet, entretanto, não está imune a ação do crime de calúnia, injúria e difamação.

Um antigo conto judaico ilustra bem os efeitos de espalhar boatos caluniosos: "Um certo homem saiu pelas cidades caluniando um sábio local, arrependido pediu perdão e se prontificou a reparar o dano. O sábio pegou um travesseiro de penas espalhou ao vento e mandou o caluniador juntar todas as penas. O caluniador respondeu impossível o vento já as espalhou".

Em recente artigo na revista *Consulex* discorrendo sobre crimes virtuais, elencou-se um grande número de crimes que a Justiça vem combatendo. Em 2000, foram adotadas apenas 400 decisões judiciais; hoje, passam de 17 mil. Magistrados admitem que 95% dos crimes da internet podem ser enquadrados no nosso Código Penal, como os de crackers e hackers; 5% dizem que falta enquadramento especialmente para distribuição de vírus, cavalos de troia e "worm" (verme, em português).

O Supremo Tribunal Federal e os tribunais superiores deveriam utilizar o artigo 61 da Constituição Federal para propor legislação específica sobre crimes virtuais com a finalidade de ajudar os juízes a combatê-los, abrindo caminho para uma Lei Básica de Internet, regulando sua função e punindo suas disfunções. As gerações futuras agradecem.

Paulo César Regis de Souza é presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasp).

09 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Plano Decenal vai reforçar políticas públicas para crianças e adolescentes

O governador Beto Richa e a secretária da Família e Desenvolvimento Social (Seds), Fernanda Richa assinaram na noite de segunda-feira (07), três decretos que criam mecanismos para o desenvolvimento e reforço das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Paraná.

Os documentos foram assinados durante a abertura da 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pela secretária da Família e Desenvolvimento Social e pelo Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedca). A ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, participou do encontro.

Um dos decretos forma o comitê interinstitucional que irá elaborar o Plano Decenal do Paraná dos Direitos da Criança e do Adolescente. O documento deve definir diretrizes para as políticas públicas e o cumprimento dos direitos da população mais jovem, além de realizar um mapeamento do perfil deste público no Estado.

Treze secretarias estaduais participam do comitê, que também tem a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público (MP) e por um adolescente. O prazo para a elaboração do documento é de 240 dias.

Além da criação do Comitê, foi instituído um grupo de trabalho que fará a compilação das questões debatidas na conferência estadual e representará o Estado no encontro nacional, que será realizado em julho. Também foi criada uma assessoria especial na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos para integração da pessoa com deficiência.

"Ações como essas é que fazem um governo garantir de fato o direito constitucional de sua gente. No Paraná, o direito do cidadão está entre as áreas prioritárias", disse a secretária Fernanda Richa.

09 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

População do Portão recebe atendimento jurídico gratuito

A Prefeitura de Curitiba e a Defensoria Pública do Estado promovem hoje mais uma edição do programa de atendimento jurídico gratuito a população de baixa renda. Será na Rua da Cidadania da Regional Portão/Fazendinha, das 08 às 17h. Será a quarta ação conjunta da parceria.

O atendimento será feito até junho, em todas as Regionais da cidade. Na última ação, na Re-

gional Caruru, 140 pessoas foram atendidas com serviços jurídicos gratuitos nas áreas cível, criminal e de família. O próximo atendimento será no dia 16 de maio na Rua da Cidadania Boqueirão.

A ação conjunta da Prefeitura e Defensoria Pública acontece sempre às quartas-feiras, das 08 às 17h, nas Ruas da Cidadania ou em espaços da administração municipal nos bairros.

UNIBRASIL CONGRESSO DE DIREITO ELEITORAL

As Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil e o Instituto Paranaense de Direito Eleitoral – Iprade realizam em Curitiba, entre os dias 17 e 19 de maio, o III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. O evento é o único encontro a discutir o assunto de caráter nacional com a chancela do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral – Ibradee Conselho Federal da OAB. A expectativa da organização é receber cerca de 900 participantes dos 27 estados brasileiros para debater o tema “Eleições Municipais e a Lei da Ficha Limpa”. O presidente das Faculdades Integradas do Brasil, professor Clèmerson Merlin Clève, fará a conferência de abertura do evento, que abordará as mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), levando aos congressistas aspectos práticos sobre as regras eleitorais que interferem diretamente no pleito deste ano. A Comissão Científica é composta por grandes nomes do Direito Eleitoral, como os eminentes ministros do TSE Fernando Neves, Torquato Jardim e Luiz Carlos Madeira, sendo a nova geração de eleitoralistas representada por Luiz Fernando Pereira, Guilherme Gonçalves e Eneida Desirée Salgado, advogados consagrados e autores de diversas obras a respeito do tema. O III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral será realizado na Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Rua Comendador Franco, 1341, Jardim Botânico.

09 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça julga cinco por morte de Celso Daniel

Acusados de assassinar o prefeito petista de Santo André em 2002 vão a júri amanhã

A Justiça começa a julgar amanhã, mais de dez anos depois do crime, cinco acusados de matar o prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel (PT), assassinado com oito tiros em janeiro de 2002.

Escolhido para coordenar a campanha do ex-presidente Lula, Celso Daniel foi encontrado morto numa estrada de terra em Juquitiba (SP), após dois dias de sequestro.

O júri de amanhã em Itapeerica da Serra (Grande São Paulo) marca mais uma etapa de um duro embate entre o Ministério Público de São Paulo e o PT.

A Promotoria sustenta que o grupo que será julgado sequestrou e matou o prefeito a mando do ex-segurança Sérgio Gomes da Silva, conhecido como Sombra, que responde em liberdade e até hoje não foi a julgamento.

A tese da Promotoria é que Daniel foi morto porque descobriu um esquema de corrupção na prefeitura para financiar campanhas do PT.

O PT acusa os promotores de politizarem um caso que, segundo conclusão da polícia, é um crime comum.

A defesa de Gomes da Silva contesta há anos no STF (Supremo Tribunal Federal) o poder de investigação do Ministério Público em casos criminais.

Na noite do sequestro, Gomes da Silva e Daniel voltavam de um restaurante na capital paulista quando o carro foi alvo de uma emboscada.

Cercado de polêmicas, o caso foi reaberto duas vezes e investigado por Polícia Civil, Polícia Federal, Ministério Público e pela CPI dos Bicos. Seis pessoas relacionadas direta ou indiretamente às investigações morreram.

O julgamento de amanhã deverá durar dois dias. A acusação é de homicídio duplamente qualificado, por motivo torpe ou promessa de recompensa e impossibilidade de defesa da vítima. A pena máxima é de 30 anos.

Os acusados estão presos, mas a defesa de um deles, Itamar Messias, conseguiu ontem um habeas corpus no Supremo, o que possibilitará que ele não fique algemado na sessão.

Até hoje, apenas uma pessoa foi julgada no caso. Em 2010, a Justiça condenou a 18 anos de prisão Marcos Roberto Bispo dos Santos, que dirigia um dos carros no sequestro. Na ocasião, o julgamento transcorreu sem a participação de Santos, mas em seguida ele foi preso.

O resultado foi considerado simbólico por familiares de Celso Daniel e desagradou a setores do PT, temerosos de que uma nova vitória da Promotoria poderá cancelar a tese de motivação política no assassinato.

CONTINUA

09 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO Prefeito de Santo André foi assassinado em 2002



PERSONAGENS



Celso Daniel

Prefeito de Santo André, seria o coordenador da campanha presidencial de Lula em 2002



Sérgio Gomes da Silva
(Sombra)

Amigo do prefeito, ficou preso entre 2003 e 2004 e responde ao processo em liberdade. Nega envolvimento no crime

Sequestro e morte

O então prefeito de Santo André Celso Daniel (PT) foi sequestrado em 18. jan de 2002. Estava acompanhado de Sérgio Gomes da Silva. Dois dias depois o corpo foi encontrado com oito tiros

Motivação

Sérgio Gomes foi denunciado como mandante. Para a Promotoria, Celso Daniel foi morto porque teria descoberto esquema de cobrança de propinas que abastecia o PT. O partido nega

QUEM VAI SER JULGADO

Réus

- > Elcyd Oliveira Brito, o John
- > Itamar Messias da Silva Santos
- > Ivan Rodrigues da Silva, o Monstro
- > José Edison da Silva
- > Rodolfo Rodrigo dos Santos Oliveira, o Bozinho

ONDE Fórum de Itapeverica da Serra (SP)

QUANDO Amanhã (9h30)

ACUSAÇÃO Homicídio duplamente qualificado

FOLHA DE S. PAULO

STF nega novo

pedido para 09 MAI 2012

dividir o caso

do mensalão

Advogado queria que apenas réus com foro fossem julgados pelo Supremo

Se solicitação fosse aceita por tribunal, 35 dos 38 acusados seriam julgados por juiz de primeira instância

O ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa negou nova tentativa do advogado Márcio Thomaz Bastos de desmembrar o processo do mensalão para deixar no tribunal apenas aqueles réus que possuem o chamado foro privilegiado.

Caso o pedido fosse bem sucedido, 35 dos 38 réus do processo, entre eles José Dirceu, Marcos Valério, José Genoino e Delúbio Soares, não seriam mais julgados no STF, mas na primeira instância.

São três os réus que mantêm o caso no Supremo Tribunal Federal: os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), João Paulo Cunha (PT-SP) e Pedro Henry (PP-MT). Ainda não há data para que o processo seja julgado.

Barbosa já havia negado o pedido em dezembro do ano passado, mas Thomaz Bastos, que advoga para José Roberto Salgado, diretor do Banco Rural, entrou com agravo de instrumento pedindo que o tema fosse analisado pelo plenário do Supremo.

Seguindo o advogado, seu cliente, por não ter foro, tem o direito constitucional de ser julgado primeiro por um juiz de primeira instância, para que seja cumprido o chamado duplo grau de jurisdição — ou seja, a possibilidade de recorrer a outra instância.

O ministro negou o pedido para a análise do caso pelos demais ministros. Segundo ele, o tema já foi debatido pelo plenário do tribunal em ao menos três ocasiões e ficou decidido que todos seriam julgados conjuntamente.

“A questão relativa ao desmembramento do feito em relação aos réus que não gozam de foro por prerrogativa de função já foi, por várias vezes, apreciada nesta ação penal, sendo, em todas as ocasiões, rejeitada”, diz Barbosa.

FOLHA DE S. PAULO

Decisão do STF libera bicheiros do Rio de prisão

Condenados em 1ª instância, chefes do jogo na cidade vão responder em liberdade

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou que chefes do jogo do bicho, presos no Rio desde 14 de março, fossem soltos.

Ailton Guimarães Jorge, o capitão Guimarães, Aníz Abraão David, o Anísio da Belja-Flor, Antonio Petrus Kallil, o Turcão, e mais 20 pessoas vão responder em liberdade ao processo em que já foram condenados em primeira instância.

Eles foram condenados em março pela juíza Ana Paula de Carvalho, da 6ª Vara Federal Criminal do Rio, por integrarem a máfia do jogo no Rio.

O habeas corpus determinando a soltura, pedido pelo advogado Nélcio Machado, que defende o Capitão Guimarães e seu sobrinho Julio Cesar Sobreira, foi concedido no dia 1º e se estende aos outros condenados.

Em sua argumentação, Machado cita decisão anterior que previa que o grupo respondesse em liberdade até a sentença final.

Em nota, o secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, criticou a decisão do STF. "É muito desgastante para as polícias e para a sociedade ver esses criminosos sendo presos várias vezes e, depois de algum tempo, eles conseguirem de volta sua liberdade para cometer novos crimes." O STF não comentou a nota.

Os bicheiros foram condenados com base na operação Hurricane, deflagrada pela Polícia Federal, em 2007. O processo durou cinco anos.

Anísio e Turcão cumpriam prisão domiciliar. Capitão Guimarães estava preso em Bangu 2, na zona oeste do Rio.

09 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

SP define regra para visita íntima a 09 MAI 2012

jovens infratores

Adolescentes terão de comprovar casamento
ou união estável com parceira

**Desembargador,
defensor e membro da
OAB criticam excesso
de exigências para
liberação de encontros**

MARCELLE SOUZA
AFONSO DINIZES
DE SÃO PAULO

Internos infratores da Fundação Casa (antiga Febem) já podem receber visitas íntimas em todas as unidades do Estado desde que cumpram exigências da instituição.

Regulamentação das visitas para infratores entrou em vigor ontem. A lei federal que criou o benefício vale desde 18 de abril, mas cada Estado deve definir as regras.

Segundo a Fundação Casa, só podem usufruir do benefício os internos, homens ou mulheres, maiores de 14 anos que forem casados ou tiveram uma união estável.

O órgão determina que a união estável tem de ser comprovada pela Justiça ou por meio de declaração de união estável feita em cartório.

Na prática, o adolescente internado tem que ter autorização da Justiça para ir ao cartório, pois declaração só é feita com a presença dos dois e dos pais ou responsáveis.

"A lei [federal] fala casamento ou união estável comprovada e nós entendemos que essa união deve ser provada nos termos da lei", afirma a presidente da Fundação Casa, Berenice Giannella.

As visitas poderão ocorrer duas vezes por mês pelo período máximo de duas horas.

CRÍTICAS

Para o desembargador da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça paulista, Antonio Carlos Malheiros, as

exigências inviabilizam o benefício. "As exigências deveriam ser entrevistas e palestras com educadores, assistentes sociais e psicólogos, falando das cautelas."

Ele defende a medida inclusive para namorados. "Eu não entendo que isso seja correto ou incorreto. Mas já que o adolescente tem esse relacionamento lá fora, por que não ter lá dentro?", indaga.

O coordenador da Infância e Juventude da Defensoria Pública, Diego Vale de Medeiros, diz que isso pode ser questionado, já que a lei federal fala em comprovação.

"Que adolescente tem contrato de união estável? É uma parte irrisória do público."

O vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB, Ariel Alves, concorda. "Poderia ser mais fácil", diz.

A Fundação Casa disse que as unidades ainda vão se adaptar para ter visitas. Os pedidos serão avaliados pelos diretores. Até ontem não havia nenhuma solicitação.

Nas prisões, detentos podem receber visitas íntimas desde que se comprove casamento ou união estável. "Mas a fiscalização não existe", afirma o presidente do sindicato dos agentes penitenciários, Daniel Grandolfo.

ENTENDA A POLÊMICA

1 O que diz a lei federal?

É assegurado o direito à visita íntima ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável

2 O que regulamenta a Fundação Casa?

Para ter direito ao benefício, adolescentes entre 16 e 18 anos precisam comprovar a união estável na Justiça ou com declaração em cartório. Nos casos de adolescentes entre 14 e 16 anos, apenas a Justiça pode comprovar a união estável

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

09 MAI 2012

Benefício é concedido no RN desde 2003

O programa de visitas íntimas para menores infratores existe desde 2003 no Rio Grande do Norte.

Só têm direito ao benefício internos casados ou com união estável.

A comprovação da união é feita a partir de estudo social com familiares feito pela Fundac (Fundação Estadual da Criança e do Adolescente). Não há exigência de comprovação judicial ou em cartório.

O infrator tem de estar internado há pelo menos três meses. Se a companheira, ou companheiro, for menor de 18 anos, precisa ter autorização da Justiça. Os pais de ambos têm de autorizar as visitas.

"As oito unidades do Estado estão preparadas para as visitas íntimas, que acontecem em um local reservado apenas para essa finalidade", diz Karen Montenegro, diretora técnica da Fundac.

ANÁLISE

Lei reacende polêmica sobre liberdade sexual de adolescentes

VAGUINALDO MARINHEIRO
DE SÃO PAULO

Com que idade um jovem/adolescente passa a ter direito de exercer sua liberdade sexual? Ela vale para alguém que perdeu a liberdade física após cometer infrações, como os internos da Fundação Casa (antiga Febem)?

A lei federal 12.594, que foi assinada em janeiro e acaba de ser regulamentada no Estado de São Paulo, reacende essa velha discussão.

Ela garante ao interno(a) que comprovar casamento ou união estável antes da apreensão duas visitas íntimas por mês.

Há um amontado de restrições, mas até aqueles com 14 anos podem ter o direito, se autorizados pela Justiça.

Os defensores da medida afirmam que ela irá reduzir a violência sexual entre os internos e que o contato com o parceiro(a) mantém os laços com o mundo exterior e facilita na ressocialização.

Se amparam em números. Uma pesquisa feita em presídios masculinos de 50 Estados americanos mostrou que o total de casos de violência sexual é 75% menor onde há visitas íntimas.

Já os detratores criticam "esse novo direito dado aos infratores". Afirmam que se os jovens são vistos como adultos para as questões sexuais também devem sê-lo

para as criminais.

Pedem, assim, a redução da maioridade penal.

É uma hipocrisia negar a sexualidade dos adolescentes. Uma pesquisa feita pelo Datafolha no final de 2009 mostrou que os homens iniciam sua vida sexual em média aos 15,6 anos. As mulheres, aos 17,8.

Dos entrevistados, 41% disseram ter tido relações sexuais entre os 14 e os 16 anos.

Mas seria a liberação da visita íntima uma forma de reduzir essa hipocrisia?

Se a intenção é garantir a liberdade sexual e impedir estupro e afins, por que restringir o direito aos casados?

Se a questão é fisiológica, deveria valer para todos.

Além disso, a nova lei criou uma disparidade com outra mais antiga. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, proíbe que menores de 18 anos frequentem motéis ou comprem "revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado".

Como esbravejam os críticos da nova lei: "no motel da Febem pode".



NOVA LEI CRIOU
UMA DISPARIDADE
COM ESTATUTO
DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE

FOLHA DE S. PAULO

Presas suspeita de integrar rede de tráfico de crianças

09 MAI 2012

Criminosa estava com recém-nascida; bebê de apenas 15 dias seria levada para a Itália

Uma mulher suspeita de integrar uma rede internacional de tráfico de crianças foi presa anteontem no Jardim das Imbuías (zona sul de SP).

De acordo com policiais do Deic (departamento que investiga o crime organizado), a suspeita foi flagrada na hora em que pegou uma recém-nascida de 15 dias. A Polícia Civil suspeita que a criança seria levada para a Itália.

Segundo a polícia, a suspeita fez um acordo com a mãe do bebê, uma adolescente de 17 anos, que teria recebido R\$ 135 para entregar a criança. A mãe do bebê foi apreendida e a menina levada para o Conselho Tutelar.

Para o delegado Márcio Martins Mathias, do Deic, a adolescente disse que não tinha condições financeiras de criar a filha.

Segundo a menor, a suspeita chegou até ela há um mês por intermédio de outras três mulheres, que ainda não foram identificadas. A suspeita presa chegou a visitá-la no Hospital do Grajaú, também na zona sul da capital, onde a adolescente deu à luz.

A adolescente contou à polícia que foi convencida pela suspeita a entregar a filha pois a recém-nascida teria um futuro melhor.

A suspeita era monitorada havia dois meses pela Polícia Civil de Montes Claros (MG). Em Minas, segundo a polícia, ela tentava convencer gestantes em comunidades pobres a entregar os filhos. Ela, no entanto, só teria conseguido uma criança em São Paulo. No Deic, ela contou que é casada e que levaria o bebê para a Itália, onde estaria morando havia 17 anos.

FOLHA DE S. PAULO

09 MAI 2012

Major condenado por massacre no Pará se entrega

DE BELÉM - O major da Polícia Militar do Pará José Maria Pereira de Oliveira, 57, condenado pelo massacre de Eldorado do Carajás (PA), que deixou 19 sem-terra mortos em 1996, foi preso ontem.

Também condenado sob acusação de liderar a ação que resultou no massacre, o coronel Mário Colares Pantoja, 65, havia sido detido no dia anterior. Ambos tinham sido condenados em 2002, mas recorriam em liberdade desde 2005.

As prisões ocorreram agora, 16 anos depois, porque o processo transitou em julgado (não cabem mais recursos).

Oliveira se apresentou num presídio em Santa Isabel do Pará (PA). Ele recebeu pena de 158 anos e quatro meses de prisão, e o coronel, de 228 anos.

O massacre ocorreu quando a PM foi retirar 1.500 sem-terra que bloqueavam uma rodovia no sudeste do Estado. O advogado de Pantoja pediu para que o coronel cumpra pena em batalhão da PM. A defesa de Oliveira fará o mesmo pedido.

SALÁRIO-MATERNIDADE Juiz de 1ª instância estende benefício para mães adotivas

DE SÃO PAULO - Mães que adotam crianças com mais de um ano e adolescentes têm, a partir deste mês, direito a receber salário-maternidade de 120 dias.

Antes, o benefício era concedido apenas a mães biológicas ou a quem adotasse crianças menores de um ano.

A decisão, de primeira instância, da Justiça Federal de Santa Catarina vale para todo o país. O INSS pode recorrer.

A legislação trabalhista já assegurava licença-maternidade de quatro meses às mães adotivas. Mas a previdenciária garantia ao INSS o direito de conceder o benefício do salário durante apenas 90 dias para quem adotava crianças de um a quatro anos e durante 30 dias para as mães de filhos adotivos com idade entre quatro e oito anos. Acima dessa faixa etária não havia salário.

MÔNICA BERGAMO

COM A MÃO NO BOLSO

O Tribunal de Justiça de SP julga amanhã ação em que Tato Malzoni pede indenização ao YouTube e ao Google, além de emissoras de TV, por divulgarem imagens dele namorando com sua hoje ex, Daniela Cicarelli, no mar, na Espanha. O empresário já venceu em primeira instância, tendo direito a receber R\$ 35 mil de indenização. As empresas recorreram para anular a sentença. E ele, para aumentar o valor.

09 MAI 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Pedofilia vai demorar mais para prescrever

O prazo para a prescrição de crimes de pedofilia vai aumentar quando a presidente Dilma Rousseff sancionar o projeto de lei aprovado ontem na Câmara dos Deputados. O projeto, apresentado após o fim da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, estipula que o prazo para a prescrição desse tipo de crime só começará a contar quando a vítima completar 18 anos.

"Quando a criança atingir a maioridade, ela terá maior conhecimento de seus direitos e de quais são as medidas para que o agressor não continue praticando esse tipo de crime", disse o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira. Para ele, a lei será uma ferramenta importante no combate à impunidade. De acordo com Pereira, muitas crianças têm receio de denunciar ou não têm idade ainda para entender que foi vítima de crime.

Regras

Os crimes de pedofilia podem ser caracterizados de várias maneiras, e o tempo para prescrição depende da pena que for imputada ao criminoso. Atualmente, o prazo para que ele prescreva começa a contar a partir do momento em que acontece.

Mas se a ação penal for proposta antes que a criança ou adolescente tenha completado os 18 anos, a prescrição começa a contar pela regra atual, ou seja, a partir do momento do crime.

09 MAI 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

TRE | Encerra hoje, às 18h, o prazo pra regularização do título. Dos 210 mil documentos cancelados, só 10% estão em dia

Última chance

Termina hoje o prazo para regularizar o título de eleitor ou fazer a primeira via do documento, visando as eleições municipais deste ano. A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba ficará aberta das 9h às 18h. Após este prazo, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) não poderá fazer qualquer alteração no cadastro de eleitores. Hoje a expectativa é de grandes filas.

Os eleitores que compareceram ontem à Central enfrentaram longa espera. Além da fila para entrar no local, precisaram aguardar o atendimento nos guichês e depois encarar outra enorme fila para pagar as multas. Isso no caso de quem não justificou o voto ou não votou nas últimas eleições, além dos casos de títulos cancelados após o fim do prazo para o recadastramento biométrico, encerrado em 20 de janeiro. O valor é de R\$ 3,51 por turno ausente ou para o cancelamento do título. Foram 210 mil títulos cancelados no primeiro mês deste ano. Cerca de 10% regularizaram o título.

Última hora

Dê acordo com Alessandra Luiz, chefe da Central de Atendimento ao Eleitor, mais uma vez a maioria deixou para regularizar a situação ou fazer o título na última hora. O atendimento ficou aberto para a população desde o final de janeiro. "A gente estava atendendo em média mil pessoas por dia. Fizemos plantão no feriado do dia 1.º de maio e a procura foi baixa. A única exceção foi não atender nos fins de semana, como fizemos para o recadastramento biométrico. Até segunda-feira estava bem tranquilo", explicou. A procura só não é maior porque a maioria dos eleitores de Curitiba passou pelo recadastramento biométrico, no qual foi possível fazer alterações de endereço, por exemplo.

CONJUR

Conciliação em Jundiaí deve diminuir 34% dos processos

09 MAI 2012

Por Rogério Barbosa

O 1º Centro Judiciário de Solução de Conflito de Jundiaí, que já está pronto e espera apenas liberação do Tribunal de Justiça de São Paulo para entrar em funcionamento, deve diminuir em 34% o número de processos nas varas da cidade. A expectativa da juíza **Valéria Ferioli Lagrasta Luchiarí**, titular da 2ª Vara de Família e que será coordenadora do Centro Judiciário, é a de que até o final do mês de maio o centro esteja em funcionamento.

Segundo a juíza, a população de Jundiaí já conta com o núcleo de Assistência Judiciária da Faculdade de Direito Padre Anchieta, que intermedia conciliações em conflitos familiares como separação, divórcio, pensão alimentícia e guarda dos filhos. Mas, além de cuidar destas demandas, o novo centro receberá todos os casos de outras áreas que são passíveis de conciliação para desafogar o Judiciário da cidade.

Cobranças de dívidas, despejos de inquilinos e queda de muros estão entre os casos que costumam aparecer em grande quantidade no Judiciário e agora também receberão atendimento pelo Centro de Conciliação. A juíza Valéria Ferioli afirma ainda que "quaisquer ações poderão ir à conciliação e atender a uma determinação do juiz, ou a pedido dos advogados das partes. Ela cabe em qualquer momento de um processo: antes de dar entrada, até depois da sentença", explicou.

A juíza também contou que as mediações feitas atualmente no setor de família geram apenas 2% de execuções. "Ou seja, somente 2% dos acordos homologados não são cumpridos e acabam gerando execução." No caso processual, o índice de execução chega a 4%.

Para aumentar ainda mais estes índices, os mediadores que fazem trabalho para a Justiça passaram por um curso de capacitação, de novembro a dezembro do ano passado. "O curso foi ministrado pela Escola Superior de Advocacia (ESA) e o objetivo do treinamento é preparar os mediadores para conversar com as pessoas, descobrir que tipo de conflito gerou a ação e tentar encontrar uma solução."

Os mediadores também passaram por treinamento para identificar um acordo e esclarecer as dúvidas das pessoas, convencendo-as de que um acordo é a melhor opção. "No caso de uma ação, a sentença do juiz determina o que cada parte tem de fazer. Nem sempre os dois lados ficam satisfeitos. No caso dos acordos, é possível que ambas as partes cedam e cheguem a um consenso que seja interessante para eles", completou Valéria Lagrasta.

CONJUR

Aumento da previdência é inconstitucional, diz TJ-RS

09 MAI 2012

Por Jomar Martins

O governo gaúcho não vai poder cobrar 14% de contribuição previdenciária dos seus servidores públicos civis e militares — inativos e pensionistas —, percentual que poderia chegar a 21,43% para os salários mais elevados. É que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em sessão na segunda-feira (7/5), considerou inconstitucionais os artigos 11 e 12 das Leis Complementares Estaduais 13.757 e 13.758, que tratam do regime próprio de previdência dos servidores. A decisão dos desembargadores foi unânime.

O relator da matéria foi o desembargador Marco Aurélio Heinz. Em seu voto, ele afirmou que os descontos violam o princípio da capacidade contributiva dos contribuintes, que se encontram na mesma situação funcional, proibida qualquer distinção em razão da ocupação ou função por eles exercida. A igualdade tributária inscreve-se expressamente na Constituição, frisou.

“Acerca da inconstitucionalidade do sistema de alíquotas progressivas ou escalonadas, são inúmeros os precedentes do STF a assegurar a nulidade do sistema”, afirmou o desembargador.

A decisão de segunda-feira confirma posição tomada pelo colegiado no dia 19 de dezembro de 2011, quando, também por unanimidade, deferiu liminar que suspendeu a cobrança da nova alíquota desde a vigência da Lei — editada em 18 de julho de 2011.

Na época, o relator do caso era o desembargador Francisco José Moesch. Ele destacou que não estava se dizendo que a contribuição previdenciária não pudesse ser majorada. “O que se enfatiza é que o aumento dessa exação tributária observe padrões de razoabilidade e seja estabelecido em bases moderadas, o que, no meu entendimento, não ocorre no caso, já que não demonstrada a efetiva necessidade da elevação para o percentual de 14% (...)”

Moesch observou, ainda, que para os servidores que ingressarem no serviço público após o início da vigência das leis, passando a integrar o Regime Financeiro de Capitalização (FundoPrev), a contribuição previdenciária permaneceu no percentual de 11%, inclusive para o Estado, “não havendo um estudo técnico-atuarial que justificasse, de forma contundente, essa diferença de tratamento previdenciário”.

As razões para contestar

Formalmente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi proposta pelo procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, que é o chefe do Ministério Público. Originalmente, a alegação de inconstitucionalidade foi provocada pela União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, presidida pelo também presidente da Associação dos Juizes do RS (Ajuris), Giovanni Pio Dresch.

Para o MP, as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa ferem dispositivos da Constituição Federal e o sistema tributário do Estado. Isso porque as deduções diferenciadas na base de cálculo acabaram por instituir um regime de contribuição progressiva, fazendo com que sejam mais onerados os servidores que recebem

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR 09 MAI 2012

remuneração mais alta. “As normas em questão violam os preceitos da igualdade e da não-progressividade, corolário da capacidade contributiva, além de importarem em confisco, coibido pela ordem constitucional”, sustentou o procurador-geral de Justiça.

A defesa da entidade de previdência pública, que atuou como *amicus curiae* (amigo da corte), coube ao advogado Rafael Martini. Ele bateu na tecla da inconstitucionalidade das leis em razão do efeito confiscatório e da progressividade indireta das alíquotas.

Sinal de alerta

As leis analisadas no seu aspecto constitucional pelo Órgão Especial integram um conjunto de 23 medidas criadas pelo governo gaúcho para aumentar a arrecadação, chamado de Pacote do Tarso Genro II – ou, simplesmente, Pacotarso II. Se aprovado o aumento de desconto da Previdência estadual, estima-se que o governo aumentaria sua arrecadação em R\$ 200 milhões por ano. E, se todas as demais medidas estivessem vigindo, o aumento de arrecadação quase alcançaria a casa de R\$ 1 bilhão, estima a oposição na Assembleia Legislativa.

Dia 20 de abril, o deputado Lucas Redecker (PSDB) ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa para alertar, pela segunda vez, que era inconstitucional o aumento de alíquota proposto pela equipe do governador Tarso Genro. O primeiro alerta foi feito no dia 28 de junho de 2011, durante a votação na Assembleia.

O parlamentar disse que o Estado do Rio Grande do Sul corria o risco de enfrentar uma enxurrada de ações na Justiça e deu como exemplo o caso de Pernambuco, onde proposta semelhante foi declarada inconstitucional. Redecker também citou manifestação do então ministro do STF Carlos Ayres Britto, hoje presidente da corte, sobre a tentativa de se mascarar uma inconstitucionalidade com uma alíquota progressiva, o que configura confisco do dinheiro dos servidores.

ADI 70045262581

CONJUR. 09 MAI 2012

Avianca é condenada por não transportar cadeira de roda

Tanto a Lei de Acessibilidade quanto as regras da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) garantem aos portadores de necessidades especiais a facilitação no transporte, assegurando aos passageiros toda a assistência. Com esse entendimento, a 5ª Vara Cível de Tangará da Serra (MT) decidiu que a empresa de aviação Avianca terá que indenizar uma passageira por dano moral e material por não ter feito o transporte de cadeira de rodas e de baterias da cadeira, necessárias para a locomoção da passageira. Cabe recurso.

A juíza Tatiane Colombi, relatora do processo, condenou a empresa ao pagamento de R\$ 10 mil por danos morais e R\$ 380 por danos materiais. A Avianca alega que os objetos (baterias) não foram transportados por questões de segurança de voo, por conterem líquidos corrosivos. E ainda que a informação de que as baterias não poderiam ser transportadas partiu da agência de viagens e não da empresa aérea.

A defensora pública que cuidou do caso afirmou que “as regras da Anac são claras, o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil prevê a possibilidade de transporte dessa modalidade de objetos, desde que tomadas as medidas de segurança cabíveis”. Tais medidas, inclusive, foram tomadas pela passageira, que acondicionou as baterias da melhor forma que lhe fora possível. Para a defensora, a empresa aérea deve dispor de tais embalagens a fim de transportar objetos incomuns, se adequando às necessidades do passageiro. “É indiscutível a necessidade do uso da cadeira de rodas por parte da senhora. Assim como é notório o constrangimento ao que fora submetida”, concluiu.

O fato levou a requerente, após a viagem, a permanecer vários dias deitada na cama, necessitando da ajuda de estranhos. Para amenizar a situação, por causa da falta das baterias de sua cadeira de rodas, ela teve que tomar emprestada junto à prefeitura uma de modelo mecânico. Diante do constrangimento, ela procurou a Defensoria Pública de Tangará da Serra (MT) para ajuizar uma ação de indenização por danos morais contra a empresa aérea. A ação foi proposta pela defensora pública Sílvia Maria Ferreira. *Com informações da Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública de Mato Grosso.*